

A revolução cubana nos escritos da esquerda brasileira: 1960-1970

Resumo

Aluno de Pós-Graduação
em História da UFRGS.
duarte_frederico@hotmail.com

A revolução cubana de 1959 foi um acontecimento muito importante para os grupos de esquerda da América Latina, pois era a primeira vez que o socialismo era implantado em um país do continente. No Brasil a revolução cubana despertou interesse para a esquerda ainda no tempo em que se pensava sobre a revolução burguesa, antes de 1964. Mas foi no período da ditadura militar que a revolução cubana teve mais influência entre os revolucionários do país, muitos tendo Ernesto Che Guevara e Fidel Castro como modelos para tomar o poder e derrubar a ditadura. Este estudo analisará como os diferentes grupos e autores de esquerda pensaram a revolução cubana, antes e depois de 1964, tentando assim avançar na compreensão de seu impacto no Brasil.

Palavras-chave: Revolução Cubana. Esquerda brasileira. Ditadura militar.

Resumée

La révolution cubaine de 1959 a été un événement très important pour les groupes gauchistes de l'Amérique Latine, car il était la première fois que le socialisme était implanté dans un pays de lui continent. Au Brésil la révolution cubaine a réveillé intéresse a la gauche encore dans le temps où on pensait sur la révolution bourgeoise, avant 1964. Mais a été dans la période de la dictature militaire que la révolution cubaine a plus influence parmi les révolutionnaires du pays, beaucoup tends Ernesto Che Guevara et Fidel Castro comme modèles pour celle prise du pouvoir et pour mettre en échec la dictature. Cette étude analysera comme les différents groupes et les auteurs de gauche penseraient la révolution cubaine vers les livres e programmes revolutionaires, avant et après 64, en touchant ainsi avancer dans la compréhension de son impact au Brésil.

Mots-clés: Revolution Cubaine. Gauche brasilien. Dictature militaire.

As revoluções sociais ocorridas no século XIX e no século XX tiveram diferentes impactos sobre os grupos políticos brasileiros de esquerda. As vagas revolucionárias, como a de 1848 na Europa, que deu armas ao liberalismo radical, ou os acontecimentos desencadeados pela revolução russa em 1917, animando militantes operários, ajudaram a pensar novas formas de ação para aplicar nos movimentos sociais. Assim também foi a revolução cubana de 1959, que teve um impacto especial, pois ocorreu em um país subdesenvolvido como o Brasil, que neste período vivia um processo rápido de radicalização política.

Muitas vezes os historiadores trataram a propagação da influência das revoluções sociais como se fossem apenas turbilhões políticos, como movimentos históricos irresistíveis que varreriam partes do globo ao fagulhar de uma chama, que bastaria ser acesa em um país, para despertar o fogo potencial que existiriam em outras terras. Esta imagem não é de toda gratuita, seu fundamento vem de acontecimentos como os de 1848 e 1917 que citei acima, onde parecia haver um mar de revoltas que se espalhavam, tomando imensos e variados territórios, para conformar uma nova ordem nos territórios onde suas ondas chegassem. Uma forma interessante de desnaturalizar esta propagação quase mecânica é observar como este processo se dá na realidade, vendo como os grupos e os militantes referem-se às revoluções nesses momentos de convulsão internacional, em que remeter-se aos acontecimentos de outras partes do mundo se torna quase obrigatório. Darei dois exemplos: o primeiro do Príncipe Mikhail Alexandrovitch Bakunin, falando de Paris, centro da revolução européia, em 1848, sobre as notícias que recebia sobre as convulsões sociais ocorridas em outras partes do continente.

Essa febre geral não era mantida mediocrementemente e era reforçada por notícias chegadas de outras partes da Europa; ouviam-se apenas palavras como estas: Luta-se em Berlim, o rei fugiu depois de ter pronunciado um discurso! Lutou-se em Viena, Matternich fugiu, a república foi proclamada! Levante em toda a Alemanha; os italianos triunfaram em Milão e Veneza; os austríacos sofreram uma vergonhosa derrota! A república foi proclamada; toda a Europa torna-se República. Viva a República! (BAKUNIN, 2002: 10)

Em um contexto bem diferente, na cidade de Porto Alegre, em 1919, a União Maximalista, associação fundada por um barbeiro sírio-libanês chamado Abílio de Nequete, que se declarava como seguidora dos princípios bolchevistas lançava um panfleto comentando os efeitos da revolução russa para o operariado mundial.

As últimas notícias sobre a Alemanha deixam compreender que o maximalismo¹ está em vias de completo triunfo. Talvez que ao circular este nosso boletim estará tremulando por toda a Alemanha a bandeira vermelha. Daí será transportada para a França, Itália, Grã-Bretanha... Em suma, para todo o mundo!²

1. Tradução de bolchevismo.

2. Ao Povo. O programa maximalista. Porto Alegre, jan, 1919.

Percebe-se nestes dois extratos, escritos sob condições e por pessoas tão diferentes, um mesmo eco. Apesar da visão de uma onda irresistível estar de certa forma presente nas duas passagens, são revolucionários reais que percebem as revoluções, e com base em suas experiências tornam aquilo um movimento com sentido para si e para o seu grupo social. Tanto vista do centro revolucionário quanto da periferia, as declarações são indícios da existência de um jogo de forças atuantes em diversos locais e que, nas concepções destes revolucionários, poderiam se alimentar influenciando-se mutuamente. Além do mais mostram uma condição de opressão sofrida em diferentes pontos do mundo, com características que se aproximariam permitindo a criação desta "vaga de revoluções" produtora de exemplos, esperanças e incentivos.

Contra essas declarações, pode-se argumentar que seja somente o desejo vivido em meio às barricadas ou nascido sob o calor das greves, a vontade de ver o mundo todo subvertendo a velha ordem e fazendo surgir de suas ruínas um novo tempo; um entusiasmo que faz pulsar o coração de todo revolucionário, mas sem ser necessariamente condicionado por um programa ou por diretrizes que levam em conta os fundamentos das outras revoluções. Além do mais, outro argumento que se pode utilizar contra a importância real destes impactos revolucionários externos é o de que as referências às experiências de outros povos são apenas formas de aproveitar o prestígio que estes movimentos tinham, filiando-se a eles e buscando neles apoio. Referindo-se a Nova Esquerda surgida no Brasil nos anos 60 e sua relação com os novos modelos do comunismo internacional, Daniel Aarão Reis Filho afirma existir uma assimilação seletiva, que teria em vista mais as necessidades locais dos revolucionários brasileiros do que uma inspiração das teorias produzidas fora do país.

Assim, não é por ler Mao Zedong, Guevara e Debray que a Nova esquerda chega à conclusão da necessidade de luta armada. Verifica-se exatamente o inverso: a Nova Esquerda vai buscar em Mao, Guevara e Debray a legitimidade teórica de que precisava para lançar-se à luta armada (REIS; SÁ, 2005: 29).

Este é um problema difícil de resolver. Podemos desnaturalizar a propagação das revoluções, mas corremos o risco de cair na hipótese do mero entusiasmo ou no simples anseio de legitimação. Por isso penso ser necessário estudar o que foi produzido pelos atores reais, que carregavam consigo uma experiência social que poderia tornar a revolução dotada de sentido. Ao analisar as referências à revolução cubana nos escritos dos grupos ou autores da esquerda brasileira dos anos 60, pretendo observar como se expressava o entusiasmo por um exemplo revolucionário e como se tentou buscar em Cuba uma legitimidade para suas ações. Mas, além disso, desejo pensar até que ponto a existência de uma revolução socialista em Cuba permitiu aos brasileiros pensarem coisas que sem a experiência cubana não seria possível.

Apesar de utilizar documentos que tinham como referencial a revolução cubana, esta propriamente dita não será objeto de análise, mesmo sabendo que a estrutura interna da República de Cuba modificou-se bastante no decorrer dos anos analisados; tampouco será analisada a intervenção direta de representantes do governo cubano nos grupos esquerdistas brasileiros. Vou me ater apenas à maneira como foi vista a revolução e de que forma ela representou uma esperança ou um modelo para modificações revolucionárias em nosso país.

Antes do 1º de Abril

Antes do Golpe de 1º de Abril de 1964, que derrubou o governo do trabalhista João Goulart e levou ao poder o General Castelo Branco, as esquerdas brasileiras viviam em um período de grande euforia. Quando da demissão do presidente Jânio Quadros, que era apoiado pelas forças conservadoras do país, em 1961, subiu ao cargo "Jango", antigo ministro do trabalho de Getúlio Vargas. Os militares direitistas tentaram impedir sua posse, que foi possível apenas sob a forma de um estado de compromisso, em que o poder real estaria com o presidente de um Conselho de Ministros. A fórmula parlamentar fracassou e a volta de João Goulart ao exercício normal de suas funções provocou uma crise de legitimidade, cuja solução o presidente tentou buscar, quando a situação estava se estertorando, na mobilização popular.

Durante seu governo formou-se a Frente de Mobilização Nacional, constituída por socialistas, trabalhistas, comunistas, nacionalistas, cristãos radicais, sindicalistas, estudantes; uma gama de grupos que passou a pressionar o governo por reformas sociais urgentes. Para muitos, o que se realizava naquele momento era a Revolução Brasileira, que tinha por objetivo mudar profundamente a estrutura arcaica do país, dando condições ao capitalismo nacional para que ele se desenvolvesse, permitindo assim uma vida mais digna às massas excluídas da vida política e econômica do Brasil.³

O PCB apoiou o governo trabalhista sem ressalvas, mudando a linha política crítica aos governos e aos partidos burgueses, que seguira até o fim dos anos 50. Essa mudança de postura e a mobilização nacional provocaram o surgimento de outros grupos dentro da esquerda radical, em um campo de hegemonia até aquele momento pelo Partido Comunista Brasileiro. Estes grupos da Nova Esquerda eram: a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária surgida em 1961, o Partido Comunista do Brasil (dissidência do PCB) de 1962 e a Ação Popular de 1963. Em alguns destes grupos da Nova Esquerda encontraremos uma forma bastante particular de se remeter à revolução cubana.

A Ação Popular, fundada em fevereiro de 1963, no seu Documento Base dedica um bom espaço para tratar da revolução no país caribenho. Neste documento a revolução cubana aparece, juntamente com a revolução chinesa, como o mais importante acontecimento revolucionário depois da tomada do poder pelos bolchevistas na Rússia e da instauração no leste europeu das repúblicas populares. Mas a revolução cubana é um exemplo de um caminho diferente para seguir o socialismo, demonstrando a variedade de experiências políticas do comunismo mundial.

Os exemplos desse desenvolvimento mostram a complexidade do mundo socialista em gestação, que não se confunde com o bloco político-militar soviético e que poderá comportar experiências as mais diversas e com orientações mais distintas [...] A revolução chinesa, ao contrário da revolução russa, tinha na vanguarda a força camponesa. A revolução cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria

3. Sobre este período, ver os já clássicos trabalhos de TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo João Goulart e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1989, e de MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

firmado a posteriori, apenas em 1961, devido à conjuntura internacional (REIS; SÁ, 2005: 51).

Ou seja, para a AP a revolução cubana era mais um exemplo de um caminho diferente para chegar ao socialismo, um socialismo que aparece multifacetado, sem uma orientação hegemônica por parte de uma potência. A Ação Popular era oriunda da JUC, a Juventude Universitária Católica, e neste manifesto a AP afirmava seguir os princípios socialistas. A relação do catolicismo radical com o socialismo merecia uma explicação já que tradicionalmente o marxismo se posicionou como crítico da religião. Além do que, a AP não era um partido político, sua participação no caminho para o socialismo deveria ser problematizado frente ao modelo de tomada de poder soviético. Isto explica porque o início do programa, onde se faz as considerações sobre Cuba, tenha sido uma explanação sobre a evolução do socialismo e a construção de um mundo socialista diversificado.

A posição da revolução cubana para a AP é devedora da sua condição no campo da esquerda. Veremos uma posição diametralmente oposta, por exemplo, nos trabalhistas. Celso Furtado em seu livro, *A pré-revolução brasileira*, de 1962, expõe a necessidade de mudança das estruturas do Brasil, mas a revolução cubana estava longe de ser um modelo para o país. Mesmo admirando a técnica que foi forjada pelo marxismo-leninismo para construir o poder, o autor contrapõe-se ao modelo de mudança ditado por estes, que proporia uma revolução violenta, um partido de militantes profissionais e um regime ditatorial.

A experiência histórica dos últimos decênios tem demonstrado que, aplicada contra outras estruturas rígidas-como a China nacionalista e da ocupação japonesa, a Cuba de Batista, que são exemplos conspícuos, - essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia (FURTADO, 1962: 25).

Mas tais condições não se aplicariam ao Brasil, que seria uma sociedade aberta, onde não havia uma ditadura da burguesia. Assim, se Cuba foi um exemplo de combate a uma ditadura, o Brasil não viveria condição igual e a revolução aqui seguiria outras diretrizes, que no momento eram executadas exatamente pelos trabalhistas. Muitos trabalhistas devem ter seguido um raciocínio parecido e depois do golpe, vendo que sua revolução fracassara, resolveram seguir os métodos cubanos e pegar em armas. O Brasil, a esta altura, já não era mais uma “sociedade aberta”.

O Partido Comunista Brasileiro, o PCB, compartilhava da idéia de uma revolução pacífica para o Brasil, através de reformas que iriam jogar a sociedade brasileira em um novo patamar de desenvolvimento. Dessa forma em março de 1961, na revista *Novos Rumos*, em um artigo que definia a política comunista frente ao governo Jânio Quadros, dizia-se que:

Na América Latina já se inicia também uma nova etapa histórica: a gloriosa revolução cubana repercute profundamente em todo o continente, desperta o entusiasmo revolucionário no povo brasileiro, indica-nos o caminho da liberdade, da independência nacional e do progresso social (CARONE, 1982: 235).

Ou seja, importava ressaltar o exemplo de progresso e de independência que a revolução cubana inspirava, já que o caráter do PCB tornava necessário o reconhecimento do valor de luta daquele povo; mas o partido não toma o movimento cubano como modelo de revolução, apenas como um exemplo ou incentivo para as lutas brasileiras, que requeriam um método bem diferente.

A revolução cubana e a relação das especificidades daquele país com as do Brasil apareceram de forma mais problematizada na obra do militante da ORM/POLOP Luiz Alberto Moniz Bandeira. Em seu trabalho, *O caminho da revolução brasileira*, de 1962, o processo cubano é colocado em um patamar dos mais significativos para o desenvolvimento histórico latino-americano, como possibilidade real de uma revolução antiimperialista. Neste sentido as condições cubanas são estudadas para se estabelecer um parâmetro factível com um caminho brasileiro da revolução socialista. As três contribuições que os cubanos deram aos movimentos sociais do continente são, segundo Guevara: mostraram a possibilidade das forças populares vencerem um exército profissional; que nem sempre é preciso que se dêem todas as condições econômicas para haver uma revolução; que na América subdesenvolvida o terreno da luta armada deve ser o campo; Estas contribuições são colocadas sob a perspectiva nacional e assim, diante destes pontos, é considerado o fato de Cuba ser um país essencialmente baseado na monocultura do açúcar, enquanto que no Brasil havia grandes centros industriais que dificultariam o desdobramento da guerrilha. A guerrilha poderia funcionar em regiões como o Nordeste, mas "num país como o Brasil, não conseguirão afetar a espinha dorsal das classes dominantes, se não vierem acompanhadas pela ação das cidades, como a greve geral, que resulte no estrangulamento dos pontos vitais e nevrálgicos da máquina do estado" (BANDEIRA, 1979: 177). Mas a greve geral não resolveria a questão, sendo crucial a estruturação de um poder alternativo ao burguês, não somente a tomada deste poder.

É necessário destacar também, para este período, a relação das Ligas Camponesas com a revolução cubana, pois foram elas que mais se identificaram com a revolução no país caribenho antes de 1964. Partindo da defesa dos moradores e parceiros contra os donos de terra no interior de Pernambuco, as Ligas se expandiram no início dos anos 60 e passaram a lutar por uma reforma agrária radical e pela mobilização revolucionária da população rural, para a qual Cuba oferecia um modelo muito atrativo. As Ligas chegaram a formar campos de treinamento para guerrilheiros e seu principal líder, Francisco Julião, foi um dos principais organizadores do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em 1962. Desta forma, o exemplo cubano vai estar presente nos textos produzidos pelas lideranças do movimento, como um caminho que devia ser seguido para a solução dos problemas do campesinato e do próprio Brasil. No manifesto de fundação do MRT, por exemplo, Julião foi enfático ao afirmar que:

Defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo companheiro e compatriota, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 4 de fevereiro deste ano, naquela cidade livre, perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica (AZÊVEDO, 1982: 94).

Os campos de treinamento seriam destruídos pelo exército e o MRT se dissolveria por disputas internas no fim de 1962, mesmo assim as Ligas continuariam ativas até 1964, quando a exemplo de outros grupos de mobilização popular, seriam dilaceradas. No burburinho de esperanças da primeira metade dos anos 60 a mobilização rural e a coletivização da terra, que foram tão marcantes no processo cubano, diziam respeito ao quinhão camponês da "revolução brasileira". Para os moradores pobres dos engenhos, para os pequenos arrendatários e para quem lutava pela sua causa, a revolução de Fidel talvez tivesse um significado mais forte do que a "revolução nacional democrática" defendida pelo PCB poderia ter.

De qualquer forma, a revolução cubana como modelo só seria um problema urgente para a maior parte da esquerda brasileira quando esta se deparasse com novas condições históricas e se colocasse novas tarefas a cumprir. Isto se deu quando ela teve seus canais de ascensão política interrompidos e as portas das reformas sociais foram fechadas pela ditadura militar.

Depois do 1º de Abril

O golpe de 1º de Abril de 1964 caiu como uma bomba na cabeça de todas as organizações de esquerda. O episódio determinava o fim da experiência democrática de 20 anos e condenava as associações de esquerda ao desaparecimento sob a repressão militar, obrigando os militantes ao afastamento das atividades políticas legais. Muito diferente dos anos anteriores, em plena "Revolução Brasileira", em que se discutia a validade do regime parlamentar, a necessidade de uma nova constituição e a urgência de alguma forma de poder popular; o novo regime havia feito baixar a mais estrita censura e proibia o proselitismo das idéias contrárias ao governo. O Estado fez uma verdadeira caça nas fileiras dos grupos de esquerda, prendendo, torturando e assassinando.

Estas novas condições propunham novos problemas. Os grupos de esquerda, agora clandestinos, sofriam um duplo golpe: além de serem perseguidos, deviam arcar com as conseqüências de não terem impedido o golpe de ser consumado. Impunham-se algumas perguntas: Como tomar o poder? Como tratar com uma ditadura? É necessário usar a violência contra a violência do opressor? Logo começaram a surgir cizânias nas organizações e apareceram novos grupos, como a Dissidência do PCB, a Ala Vermelha do PC do B, o Partido Comunista Revolucionário, os Comandos de Libertação Nacional, a Ação Libertadora Nacional, a Vanguarda Popular Revolucionária etc. Grupos políticos que exigiam uma nova forma de ação, mais eficaz, menos burocrática, o que se consubstanciou na luta armada. Mesmo grupos já existentes tiveram que adotar uma postura mais agressiva, como é o caso do Pcdob e da ORM-PolOp. Para estes a revolução cubana passou a significar um ponto de referência fundamental, pois mostrava o caminho da tomada do poder em condições muito adversas, que eles identificavam com as do Brasil.

A ORM/PoLop, que existia desde 1961, surgida da junção de setores da juventude do Partido Socialista com marxistas seguidores do pensamento de Rosa Luxemburgo, no seu *Programa Socialista para o Brasil*, de abril de 1967, apontava a enorme importância da revolução cubana para a América Latina, a ponto de dividir a história do continente em antes e depois da revolu

ção. A revolução cubana foi singular, depois da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos estabeleceram seu domínio absoluto na região expulsando os concorrentes europeus, os cubanos conseguiram quebrar esta hegemonia mostrando que uma revolução socialista aqui era possível.

Com isso toda a luta de classe no continente foi colocada num nível mais alto. Um retorno não é possível. Não o é para os imperialistas, que defendem seu domínio à base de intervenções militares como em São Domingos. Também não é para a nova geração de revolucionários, impossível ignorar as mudanças que a revolução cubana trouxe. A revolução socialista em Cuba assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno-burguesas. A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente (REIS; SÁ, 2005: 124).

A revolução cubana havia sido um exemplo e um convite a cada país da região, aos que sofriam os mesmos problemas da herança colonial, porém sob condições diversas, para construir a revolução socialista da maneira que mais lhe conviesse. Mas apesar da necessidade de adaptação, a PolOp apontava como caminho da revolução a guerra de guerrilha, como forma básica de luta de classes no continente latino americano, com um foco de luta rural que catalisaria o movimento em todo país. Ou seja, mesmo repisando a necessidade de considerar as especificidades locais, em larga escala copiava um modelo.

Observando este exemplo, uma das coisas que mais chama a atenção é a atitude iconoclasta com algumas características particulares da ação dos comunistas e dos trabalhistas antes de 1964. Ao pensarmos no que ocorrera antes da ditadura, a revolução cubana como forma de superação das lideranças pequeno-burguesas se torna uma referência evidente. Neste documento o papel da União Soviética e sua tática de coexistência pacífica do socialismo com o capitalismo são muito criticados, já que a convivência de campos antagônicos da luta de classes seria impossível entre países dominantes e dominados, como EUA e Cuba, ou entre classes do mesmo país. O PC do B vai mais longe contra o comunismo tradicional no seu documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, de 1966. Neste é afirmado que a tática soviética de greves políticas e insurreição nas cidades era completamente inadequada para países como o Brasil, onde somente a guerra popular no campo poderia levar a revolução (REIS; SÁ, 2005: 94-95).

Os Comandos de Libertação Nacional foram uma das associações que mais se inspiraram na revolução cubana no período estudado. Surgida de uma dissidência da ORM-PolOp em Minas Gerais o grupo chegou a lançar, clandestinamente, uma revista chamada *América Latina* em que publicou textos traduzidos de Guevara e Debray. Aqui também aparece uma contraposição clara entre a prática da esquerda antes e depois da ditadura. No primeiro parágrafo do seu manifesto, *Concepção da luta revolucionária*, afirma-se que "a defesa da violência é um dos aspectos da luta ideológica que os marxistas leninistas travam com os reformistas" (REIS; SÁ, 2005: 172).

A revolução no Brasil seria agrária e teria como base o foco guerrilheiro, este foco é o fundamento de um novo poder e o guerrilheiro é um reformador social. A revolução social era uma

necessidade diante do impasse das estruturas sócio-econômicas do país, que só conseguiam se sustentar tendo como base o regime ditatorial. Na construção de seus argumentos, o manifesto da COLINA se remete todo o tempo ao exemplo cubano, tendo citações abundantes de Guevara. Aqui Cuba não é só o exemplo de uma forma vitoriosa de assalto ao poder, mas a guerrilha é também a base para a construção de um homem novo e de uma sociedade nova.

Para os cubanos a revolução não significava apenas um regime de liberdade, pelo qual também lutavam, mas uma nova forma de vida, a construção de uma nova sociedade liberta da exploração, dirigida por homens que só tinham compromisso com a luta do povo. E isso era uma realidade candente e não só um programa no papel (REIS; SÁ, 2005: 194).

O interessante é que a revolução cubana passou a chamar atenção e ser um paradigma para a maior parte da esquerda revolucionária apenas depois da ditadura. Antes a questão da tomada de poder de forma violenta não estava colocada de imediato, mas no momento em que os canais de ação política se fecharam, a derrubada do poder constituído passou a ter todo o sentido. Mesmo que um documento como da ORM/PolOp afirme que a revolução cubana tenha sido um divisor de águas para os revolucionários do continente, no Brasil este "divisor" obedeceu a uma "topografia" estritamente nacional. Aqui o divisor de águas foi 1964.

O Partido Comunista Brasileiro também teve de se posicionar ante os acontecimentos de Cuba. Ele era um dos principais focos de crítica quanto a sua atuação anterior a 64 e o partido havia se posicionado contra a luta armada, o que tornava necessária uma explicação. Assim no VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, de dezembro de 1967, apresenta-se uma crítica à guerrilha brasileira, mostrada como exemplo de blanquismo, mas a desvincula da revolução cubana, que estava no auge do seu prestígio.

Há os que procuram justificar essa volta ao blanquismo com a experiência da revolução cubana. Mas para tanto reduzem a análise dos acontecimentos históricos, em Cuba, à criação das guerrilhas na Sierra Maestra por Fidel castro. Silenciam a respeito da frente única contra a tirania de Batista. Não leva em conta o acerto de orientação prática de cerrar fogo contra a ditadura. Escamoteiam a evolução do quadro econômico e político de Cuba, o qual, sob a tirania, marchava para a situação revolucionária que levou à greve geral, cuja importância, segundo o próprio Fidel Castro, foi decisiva nos acontecimentos, e que teve a participação ativa dos dirigentes comunistas (CARONE, 1982: 61).

Para o PCB não se tratava de uma incorreção do processo cubano, mas da concepção distorcida e voluntarista que se tinha dele. Os grupos guerrilheiros, ao se remeterem ao exemplo cubano, não levavam em conta a situação específica de Cuba, nem a agitação de massas, muito menos o papel dos dirigentes comunistas. Na prática, se criticava o fato de muitos militantes terem simplesmente voltado as costas a orientação do partido, que vinha perdendo cada vez mais representatividade dentro da esquerda.

Na verdade é de um membro do PCB uma das referências mais interessantes à revolução cubana no período pós-golpe. Caio Prado Junior, no seu livro *A Revolução Brasileira*, de 1966, discorda das diretrizes do seu partido que apontavam o caráter do atraso brasileiro como vindo

dos resquícios feudais do país, o que tornava urgente a revolução burguesa. Em vez disso, a revolução deveria ser dirigida para a melhoria das condições de vida dos brasileiros, e para a resolução dos problemas específicos que o Brasil apresentava. "A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente- mas não simplisticamente- a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico" (PRADO JÚNIOR, 1967: 15). O processo cubano é assim tomado não como exemplo de insurreição, mas de revolução que ia se propondo novos projetos a medida que avançava, passando do constitucionalismo liberal à revolução agrária, e desta ao socialismo, pelas necessidades que iam se impondo ao longo da revolução. O que devia ser tomado como exemplo contra a imposição de um programa pré-fabricado e irreal, como o do PCB.

Como solução alternativa para uma reforma agrária que não se adaptaria as nossas condições, Caio Prado aponta o caso cubano, cujo modelo cooperativista fracassou devido ao caráter monocultor da agricultura. Em Cuba se teriam formado então as *Haciendas del pueblo*, que não dispersariam os trabalhadores e aproveitaria a tradição agrícola do país. Esta evocação é muito interessante, e possivelmente é uma exceção em um momento no qual todos se voltavam para ilha questionando-se como lá os revolucionários haviam tomado o poder, mostrando o leque de possibilidades que uma experiência revolucionária cria para servir de inspiração para a reflexão política de outros povos.

Conclusão

Pode se observar, pela análise dos documentos produzidos pelas esquerdas brasileiras nos anos 60, que a revolução cubana não foi o repositório de um único tipo de exemplo, nem tampouco foi vista de forma unânime durante este período. Podemos dividir estas formas de percepção tanto pelo período estudado, quanto pela corrente política de onde partia a análise.

Primeiramente, é muito diferente a maneira como a revolução cubana foi vista antes e depois do golpe de estado de 1º de abril. Se antes o exemplo cubano era um convite à reflexão em um país onde se quebravam estruturas arcaicas, mas ainda sob a égide da democracia burguesa, que permitia certa liberdade de expressão e esperança na ação política legal, depois do golpe a coisa foi diferente. Tratou-se de enfrentar a luta contra um regime violento e que era necessário derrubar a força, pois já não havia mais a margem de manobra do período anterior. A guerra de guerrilha passou a ser referência necessária, tanto para os apoiadores quanto para os críticos.

Um outro fator de diferenciação é a linha política de cada organização. Se os trabalhistas durante a "revolução brasileira" e os comunistas no período ditatorial negavam o modelo cubano, ou a forma como ele era visto; a Ação Popular e a COLINA tomavam-no como exemplo de um caminho alternativo ao socialismo ou como modelo para a formação de um novo poder. O que se pode notar nestas apreciações é que elas estão diretamente relacionadas com as experiências políticas dos grupos que as tomam como referência e as tarefas que as organizações se propõem no momento em que produzem os documentos.

O significado da revolução está na experiência de luta dos diferentes grupos políticos, não

está dado somente pelo que foi feito em Cuba. A experiência cubana ganha relevo, mesmo em um caso bastante original como a interpretação de Caio Prado, sob o prisma da realidade brasileira. É o contexto específico das lutas sociais no Brasil que permitiu aos grupos de esquerda mirar-se na revolução cubana e a ela se reportarem, tanto para criticá-la, quanto para ver nela um exemplo.

BIBLIOGRAFIA

- Ao Povo. *O programa maximalista*. Porto Alegre, jan, 1919.
- AZEVÊDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- BAKUNIN, Mikhail Alexandrovitch. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM. Porto Alegre, 2002.
- CARONE, Edgar. (org.) *O PCB: 1943 a 1964*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: DIFEL. 1982.
- CARONE, Edgar. (org.) *O PCB: 1964 a 1982*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: DIFEL. 1982.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1962.
- MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1979.
- _____. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.
- PRADO JR. Caio Prado. *A revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (org.) *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2005.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo João Goulart e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1989.